

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais deste domingo

08/03/2009

A **Folha** assistiu ontem uma manifestação de 300 pessoas em frente à sua sede, que protestavam contra o editorial publicado pelo jornal no dia 17 de fevereiro, que chamou o período ditatorial militar no Brasil de "ditabranda", e prestavam solidariedade aos professores Maria Victoria Benevides e Fábio Konder Comparato. A **Folha** afirma ter publicado no "Painel do Leitor" 21 cartas sobre o assunto, sendo 18 delas críticas ao editorial. Um abaixo-assinado de repúdio ao editorial da **Folha** e solidariedade a Benevides e Comparato circulou pela internet nas últimas semanas. Entre seus signatários estão o arquiteto Oscar Niemeyer, o compositor e escritor Chico Buarque, o crítico literário Antonio Candido e o jurista Goffredo da Silva Telles Jr. Na sua versão eletrônica, o abaixo-assinado contava com mais de 7 mil adesões.

Otávio Frias Filho, diretor de redação da **Folha**, declarou no jornal que "o uso da expressão 'ditabranda' foi um erro". Segundo nota, o diretor reconhece que o termo "tem conotação leviana e que não se presta à gravidade do assunto". Ele mantém, porém, a afirmação de que a repressão militar no Brasil foi menos agressiva das que se impuseram na Argentina, no Chile, no Uruguai ou em Cuba. A ConJur publicou entrevista em que o ex-deputado Luiz Eduardo Greenhalgh comenta o editorial do jornal. Clique [aqui](#) para ler.

Troca de favores

Reportagem da **Folha** revela que 43 dirigentes dos grandes fundos de pensão estatais brasileiros mostram forte relação com partidos políticos, notadamente o PT. Segundo o jornal, 56% desses diretores fizeram doações financeiras a candidatos nas últimas quatro eleições, sendo quase um terço para o presidente nacional do PT, Ricardo Berzoini. Os fundos reúnem R\$ 218 bilhões em carteiras de investimento, dos quais 53% é controlado pelos 278 fundos, privados e públicos. Entre os dez maiores, o PT tem ligação clara com integrantes da diretoria executiva de sete deles. O PMDB do Senado mantém ascendência sobre pelo menos dois. Seis políticos estão entre os de maior influência na composição das direções dos fundos de pensão: Ricardo Berzoini, o ex-ministro Luiz Gushiken, o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu e seu braço direito Marcelo Sereno; o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP); e o ministro Edison Lobão (Minas e Energia), também do PMDB.

Boi na linha

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) irá relatar uma denúncia na terça-feira (10/3) ao plenário do Senado. Ele afirma ter sua vida investigada por uma empresa especializada em espionagem, de acordo com a **Folha**. Um detetive particular de Pernambuco teria procurado o senador para contar que a empresa americana Kroll havia tentado contratá-lo para investigar Jarbas. Segundo o senador, o detetive recusou.

Defesa da excomunhão

Segundo a **Folha**, o cardeal Giovanni Battista Re, presidente da comissão pontifícia para a

América Latina do Vaticano, defendeu a excomunhão da mãe da menina de nove anos que abortou gêmeos, após ser estuprada e engravidada pelo padrasto em Alagoinha (PE). "É um caso triste, mas o verdadeiro problema é que os gêmeos concebidos eram pessoas inocentes que tinham o direito à vida e não podiam ter sido eliminados. A excomunhão dos que provocaram o aborto é justa, porque a operação é a supressão de uma vida inocente", afirmou Re ao jornal italiano "La Stampa", neste sábado (7/3).

Calar é ouro

Reportagem do jornal **O Globo** mostra que as reações de representantes da Igreja Católica ao aborto da menina de 9 anos provocaram indignação em integrantes da própria religião. A ONG Católicas pelo Direito de Decidir divulgou nota repudiando as declarações do arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho. "Seria possível imaginarmos o que Jesus Cristo diria a essa menina? Seria ele intolerante, inflexível e cruel a ponto de dizer a ela que sua vida não tem valor? Ou ele a acolheria gentilmente, procuraria ouvir sua dor e a acalentaria em seu sofrimento?", diz um trecho da nota. Já a CNBB divulgou, em sua página na internet, texto sobre o assunto: "Um dos valores mais determinantes da nossa vida é a justiça, mas na maioria das vezes deixamos de lado a justiça de Deus para viver a justiça dos homens, fundamentada na troca de valores e não na gratuidade de quem de fato ama", começa a reflexão. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), integrante da Ordem Franciscana Secular, não concorda com o arcebispo. "Com todo respeito ao arcebispo, ele deveria ter passado adiante e não se pronunciado. Perdeu a oportunidade de ficar calado".

Pela tangente

O Planalto está buscando, junto aos ministros do Supremo Tribunal Federal, um aval para confrontar os sem-terra e combater as invasões de propriedades, segundo o jornal **O Estado de S. Paulo**. O temor é que as ações violentas do Movimento dos Sem-Terra afetem a imagem do presidente Lula. A ideia é usar a decisão do Supremo como justificativa para apresentar eventuais ações anti-invasões do MST como decisões inevitáveis, a mando do Judiciário. As ameaças de novas invasões feitas desde o fim do ano passado pelos líderes do MST levaram o advogado-geral da União (AGU), José Antonio Dias Toffoli, a pedir à corte que dê preferência ao julgamento do mérito da ação que contesta a constitucionalidade da medida provisória baixada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que pune invasões, a MP 2.183/01. Os ministros já decidiram, liminarmente, que a medida é constitucional e os movimentos sociais cujos integrantes invadem terras públicas e privadas podem ser punidos pelo governo com suspensão de vistorias e de repasses de recursos.

Repasse agrário

As seis ONGs da região do Pontal do Paranapanema, em São Paulo, ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e investigadas pelo Ministério Público Federal por suposto uso irregular de dinheiro público, firmaram convênios com o governo federal que podem chegar a R\$ 11,5 milhões, segundo **O Globo**. A maior parte do dinheiro, cerca de R\$ 10 milhões, é destinada a duas ONGs presididas pelo vereador José Eduardo Gomes de Moraes (PV), presidente da Câmara de Teodoro Sampaio, que foi condenado em 2005 por invasões de terras, juntamente com o líder dos Sem Terra José Rainha Junior. Dos R\$ 11,5 milhões conveniados, R\$ 5,3 milhões saíram do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Relatório dos grampos

O presidente da CPI dos Grampos, deputado Marcelo Itagiba (PMDB-RJ), vai pedir a prorrogação dos trabalhos da comissão por 60 dias para que os parlamentares tenham tempo de analisar os documentos sobre o inquérito da Polícia Federal que investiga possíveis abusos do delegado Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha, segundo **O Estado de S. Paulo**. O material chegou à CPI na noite de quinta-feira (5/3), enviado pela Justiça Federal de São Paulo, e, segundo Itagiba, ficará lacrado até terça-feira (10/3), quando o deputado estará de volta a Brasília. Itagiba apresentará voto em separado ao relatório final da CPI sugerindo o indiciamento de Protógenes por falso testemunho.

Decisão ameaçada

O procurador-geral de Justiça de Alagoas, Eduardo Tavares, pediu ao Tribunal de Justiça a prisão em flagrante dos integrantes da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do estado, caso autorizem o retorno de deputados afastados por decisão judicial, segundo o Estadão. O pedido de prisão lembra que a decisão judicial que afastou os deputados em uma segunda ação de improbidade administrativa ainda está em vigor.

Pensão encurtada

Segundo o Estadão, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, deu parecer favorável à ação proposta pela Ordem dos Advogados do Brasil ao Supremo Tribunal Federal contra a pensão vitalícia concedida a governadores de Roraima. Segundo o parecer, o benefício é inconstitucional porque foi instituído sem justificativa legítima. O relator da ação é o ministro Eros Grau.

Caixa dois

A Polícia Federal indiciou dirigentes do PSDB de Mato Grosso por crimes eleitorais e formação de caixa 2 que teriam sido praticados nas eleições de 2002, de acordo com **O Estado de S. Paulo**. Os indiciados foram o tesoureiro Paulo Ronan Ferreira, e o presidente do comitê, Lourival Ribeiro Santos. Os dois teriam realizado transações financeiras ilícitas para financiar a campanha ao governo do estado e ao Senado.

Cassação negada

O ministro Fernando Gonçalves, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), negou recurso que pedia a cassação dos diplomas do prefeito Edmilson José Cesílio, do vice Wilson Ferreira Inácio e do vereador Elder Soares, eleitos em 2004 em São Luís de Montes Belos (GO). A acusação era de abuso de poder econômico e compra de votos na campanha eleitoral daquele ano. A informação é de **O Estado de S. Paulo**.

Cobrança em massa

Nos próximos dias, a Advocacia-Geral da União vai organizar um mutirão de procuradores federais para cobrar os devedores da Agência Nacional de Telecomunicações. A operação integra a força-tarefa de cobrança judicial dos créditos de 151 autarquias, fundações e repartições públicas. Com R\$ 2,5 bilhões de créditos a receber, a Anatel tem uma pilha de 1.039 processos de cobrança, alguns tramitando há uma década, dos quais apenas 37 chegaram à fase final. As multas referem-se a infrações por descumprimento de metas de qualidade, paralisação injustificada de serviços e problemas de manutenção na rede. Segundo o jornal **O**

Estado de S. Paulo, somente a Telemar Norte Leste (Oi) deve R\$ 921.784.528,70. As outras cinco maiores devedoras são Brasil Telecom (R\$ 721, 4 milhões), Embratel (R\$ 336,9 milhões), Telefônica (R\$ 187,9 milhões), Vivo (R\$ 102,6 milhões) e Claro (R\$ 52,3 milhões).

Campanha antecipada

Representações da oposição e do governo contra a suposta realização de propaganda antecipada pelos pré-candidatos à Presidência Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB) já preocupam a Justiça e o Ministério Público, que devem adiantar em cerca de um ano a apuração de campanhas antecipadas para 2010, segundo o jornal **Folha** de S.Paulo. DEM e PSDB acusam o presidente Lula e a ministra de usarem encontro com prefeitos para turbinar o nome da petista. Do lado dos tucanos, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio pediu às emissoras de TV Globo e Bandeirantes dados sobre a propaganda institucional que a estatal paulista Sabesp veiculou no estado. A publicidade eleitoral só pode ser feita a partir do dia 5 de julho do ano que vem.

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2009-mar-08/noticias-justica-direito-jornais-560/>